

Língua Gestual Portuguesa em museus: comunicação para a comunidade surda

Joana Conde e Sousa¹

Portuguese Sign Language in museums: communication for the deaf community

A comunidade surda portuguesa

Ainda que, em Portugal, se use a nomenclatura de Língua Gestual Portuguesa usarei os termos ‘sinais’, ‘gestual’, ‘gestuar’ como equivalentes lexicais. A Língua de Sinais Portuguesa (LSP) é a língua natural da comunidade surda portuguesa. É uma língua reconhecida na Constituição da República Portuguesa e é uma língua de pleno direito com qualquer outra língua: possui todos os traços linguísticos que qualquer língua viva (Correia, 2012). É a língua usada em Portugal, sendo portanto distinta de país para país, tal como acontece com as línguas orais. Em situações onde possam estar presentes surdos nacionais e estrangeiros, estes podem usar o Sistema de Gesto Internacional (SGI). Este é um sistema que permite uma comunicação global por quem tenha conhecimento de uma língua visual e noções básicas de SGI. É habitualmente usado em congressos internacionais, bem como em locais turísticos e de interesse mundial (Rosenstock & Napier, 2015).

A comunidade surda portuguesa é considerada uma minoria linguística e cultural. Nem só de pessoas surdas se faz a comunidade surdas, - mas também pessoas ouvintes quer sejam familiares, professores de surdos ou intérpretes de língua gestual portuguesa. O número de membros desta comunidade coloca-a grupo minoritário heterogéneo que comunica através de uma língua visual – a língua gestual portuguesa (LGP). Deste modo, na comunidade surda poderemos encontrar famílias surdas: filhos surdos com pais surdos - sendo que estas representam apenas 5% da comunidade - e também famílias ouvintes cujo filho é surdo – sendo que 95% das crianças surdas nascem em famílias ouvintes. Podemos ainda encontrar as famílias que têm como progenitores surdos e os seus filhos são ouvintes, estes conhecidos por CODA – Children of Deaf Adults (Sousa, 2010).

De Milão aos dias de hoje

O acesso à LSP está cada vez mais próximo dos cidadãos portugueses no momento atual. Em boa verdade são cada vez mais os cursos de curta duração que promovem a aprendizagem desta língua por quem a queira aprender, em diversas instituições e associações de surdos. Curiosamente, uma das consequências da pandemia pela qual passámos foi assistir à crescente presença da LSP na televisão nacional, sempre que se referia a questões de saúde e/ou decisões políticas de âmbito sanitário. Assim, a LSP começou a fazer parte da vida dos cidadãos portugueses e promoveu, inclusivamente, para que fosse disponibilizado um serviço de acesso à saúde através do Serviço Nacional de Saúde (SNS) - SNS 24, em 2020 (Ministério da Saúde, 2020). Este que “resulta de uma parceria entre a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E, o Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. e a Federação Portuguesa das Associações de Surdos” (Ministério da Saúde, 2020).

Contudo, a realidade vivida pela comunidade surda até aos finais do século XX era bem distinta da anteriormente descrita. O congresso de Milão de 1880 é conhecido, por toda a comunidade surda nacional e internacional, como o momento mais escuro de toda a história de surdos (Carvalho, 2007). Por razões históricas, políticas e educativas, quer em Portugal quer por

¹ Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Educação; <https://orcid.org/0000-0002-0173-5346>, joanarita@esec.pt

grande parte do mundo, a proibição do uso da língua de sinais por todos os surdos e por todos os que usavam esta língua para se comunicar foi uma das consequências mais penosas que o congresso de Milão implementou, através do método oralista como método de ensino (Carvalho, 2007). A proibição do uso da língua não ficou apenas pelo uso nas tarefas do dia-a-dia, mas teve um grande impacto na educação. Significa pois, que às crianças surdas lhes foi retirada a possibilidade de se expressarem na sua língua natural, sendo castigadas física e psicologicamente sempre que desobedeciam a esta imposição. Este retrocesso em termos educativos fez com que o método implementado – o método oralista – fizesse uso da oralidade tanto no ensino como na aprendizagem. Assim, as crianças e jovens eram obrigados a produzir fala, ou seja, a falar oralmente uma língua que não conseguiam ouvir. Caso o uso da língua de sinais acontecesse na presença dos educadores, professores, funcionários, eram atribuídos castigos físicos e psicológicos às crianças e jovens que tinham tido a ousadia de gestuar (Furtado, 2022). Perduraram durante anos estas punições e há em Portugal quem, ainda hoje, relate muitos dos castigos a que fora sujeito, naquela época (Furtado, 2022). Embora estejamos a considerar apenas o ano de 1880, a proibição do uso da língua de sinais aconteceu, em Portugal, até ao início dos anos 90 do século XX.

A partir do ano letivo 1992/1993 são dados os primeiros passos para a introdução de um novo método de ensino: o ensino bilingue (Carvalho, 2007). Este permitiria que o aluno surdo pudesse aprender através da sua língua natural – a LSP – e a língua do país – o português. Este método possibilitava assim que a língua natural dos surdos fizesse parte não só do dia-a-dia destas crianças e jovens, bem como estivesse na educação e no acesso a esta. As escolas tornaram-se, mais tarde, Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos (Decreto-Lei n.º 3/2008), como forma de dar respostas adequadas à especificidade dos alunos surdos, e mais tarde à força de um novo Decreto-Lei n.º 54/2018 estas foram alteradas para Escolas de Referência para Educação Bilingue. A par com estas alterações na educação, a LSP foi reconhecida na Constituição da República em 1997 valorizando a sua existência e colocando sob a responsabilidade do Estado português a missão de “proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades” (Diário da República n.º 218/1997).

Embora a educação bilingue faça parte da educação, atual, dos surdos portugueses não é possível descurar que adultos surdos têm ainda muito presente a época do oralismo, distanciando-se apenas 30 anos desses acontecimentos (Furtado, 2022). Esta opressão sentida e relatada pela comunidade surda entende que “um sujeito surdo oprimido é aquele que foi sujeito a alguma forma de privação da sua comunicação e linguística.” (Morais, 2019, pp. 121)

Este interlúdio histórico talvez em pouco ou nada se relacione com a acessibilidade a museus, porém importa lembrar que tendo sido vedada a língua de sinais até finais do século XX em Portugal, os surdos estiveram privados de aceder a informação na sua língua natural. Significa portanto que, o acesso a museus ou a outros locais de interesse cultural, ficaram fora do alcance destes cidadãos portugueses. Significa igualmente, que embora a declaração universal dos direitos humanos os reconheça como iguais, esses direitos foram e talvez ainda sejam utópicos em muitos momentos da vida social de um surdo português.

Fazendo uma breve análise a esta linha no tempo, rápido se perceberá que a comunidade surda viveu para si mesma durante anos e anos, pois durante muitos anos as associações de surdos foram consideradas espaços seguros, não só para que os surdos pudessem conviver mas era e continua a ser, na atualidade, um espaço surdo que permite a todos que os frequentam que as informações circulem, que a política seja discutida, que o teatro surja, que as festividades sejam celebradas (Gil, 2019). É neste espaço que os artistas surdos, quer sejam poetas, atores, pintores ou contadores de histórias, surjam espontaneamente. Durante largos anos as associações de surdos foram palco das mais diversas áreas de interesse da comunidade surda. Ou seja, estes lugares, estes espaços surdos (Friedner & Kusters, 2015), foram um marco importante para a realização e organização de lutas pelos direitos dos surdos, por exemplo.

Significa portanto que a cultura e o acesso à cultura acontecia e acontece ainda dentro de portas. Podemos tentar perceber o que levou a comunidade surda a fazê-lo.

Cultura e literatura surda

Se nos atentarmos ao facto de a LSP ter sido proibida durante cerca de um século, em Portugal, percebemos rapidamente que os surdos necessitavam de momentos de lazer e momentos culturais, uma vez que essas áreas fazem parte da vida de qualquer ser humano. Deste modo, e porque a comunidade sofreu de opressão por aqueles que ouvem, sofreu discriminação pelo facto de serem desprovidos de audição, fez com que durante décadas e décadas os surdos não confiassem no que os ouvintes tinham para oferecer (Morais, 2019). Desde pequenas conversas, ao interesse em aprenderem LSP, ou ainda os convidar para um espaço cultural ou de interesse público, “a comunidade surda mostra-se reticente para com o opressor, assumindo uma postura defensiva face às pessoas ouvintes em geral, e a qualquer ação que levem a cabo tendo como foco uma comunidade Surda”(Pereira, 2019, pp. 131).

De forma mais ou menos consciente, os ouvintes tendem a ter uma atitude audista para com aqueles que não ouvem, ou melhor, os que não usam a mesma língua que os demais (Morais, 2019; Gil, 2019; Pereira, 2019). Significa este termo, que os surdos são muitas vezes estigmatizados pelo facto de serem desprovidos de audição, ou seja, é dada importância ao que não têm ao invés de valorizarem o que de melhor os caracteriza: a visão. Esta perspetiva advém do ouvinte que se considera superior ao surdo (Pereira, 2019). Deste modo, a ideia de frequentar um museu, de assistir a uma peça de teatro, ou desfrutar de uma exposição, tem vindo vagarosamente a dar os seus primeiros passos, em Portugal, por parte da comunidade surda. Tendo vivido, durante um século a opressão vinda da sociedade maioritariamente ouvinte, fácil se compreenderá que há receios, medos, traumas e dificuldades de serem esquecidos momentos que deixaram marcas muito profundas na comunidade surda (Morais, 2019; Pereira, 2019). Muitos destes receios e traumas foram e ainda são representados em peças de artes, tais como pinturas, esculturas ou poemas (Ladd, 2003).

Assim, a cultura surda e a literatura surda está muito presente na comunidade (Bauman & Murray, 2014). Os artistas são convidados a expor os seus trabalhos ou apresentar as suas performances nos espaços surdos. Porém, e porque as gerações mais jovens não passaram por momentos tão escuros e cruéis, conseguem estes reconhecer o seu potencial enquanto ser humano surdo e demonstrar o seu potencial enquanto artista, fazendo com que o conceito *Deafgain* (Bauman & Murray, 2014) esteja cada vez mais presente na vida diária dos surdos. Assim, este conceito bastante denso - *Deafgain* é (permitindo-me a ousadia de o apresentar de uma forma muito elementar) o reconhecer que a presença de surdos na sociedade, maioritariamente ouvinte, é uma vantagem na medida em que os surdos possuem características que por serem distintas torna a sociedade mais rica e com um maior potencial humano. Os surdos por serem pessoas visuais possuem uma maior amplitude visual o que os torna mais apetecíveis para trabalhos minuciosos, por exemplo (Bauman & Murray, 2014). Os jovens surdos consideram-se pertencentes ao mundo como qualquer outro jovem o que permite que não só o interesse em consumir cultura fora de portas, bem como fazer parte do *mainstream* cultural está nos sonhos destes jovens. Importa referir que o Programa Curricular de Língua Gestual Portuguesa para o Ensino Secundário (Ministério da Educação, 2014) aborda a cultura e a arte como temáticas a serem ensinadas e incentivadas a ser exploradas pelos jovens surdos, o que naturalmente fomentará um maior interesse e procura pela temática.

Vejamos por exemplo, o trabalho produzido pela associação Voarte no que concerne ao teatro bilingue “3,50X2,70” (2019), com a presença de atores surdos e ouvintes (<http://www.voarte.com/pt/prodvoarte/cim/espectaculos/11068/>), ou ao trabalho da Terra Amarela com a mais recente produção de “Zoo Story” (2022) (<https://www.tndm.pt/pt/espetaculos/zoo-story/>) - atualmente em digressão nacional -, cujos atores são ambos surdos. Depois, temos ainda *SignaPoesis* que não só tradapta poemas de Fernando Pessoa para LSP, bem como abre espaço ao poeta surdo Amílcar Furtado na divulgação

da sua poesia, dando voz aos seus poemas, de forma crua, verdadeira e harmoniosa. Este trabalho pode ser visto na plataforma *youtube* (<https://www.youtube.com/@signapoesis2902>). Os exemplos que aqui apresento são uma ínfima parte do muito trabalho que já se vai fazendo em termos de cultura na comunidade surda.

Assim, Valadares (2012, p.62) lembra-nos que embora a língua e a comunidade tenham sido oprimidas, a língua continua viva e em plena evolução, sendo por isso “necessário uma equipa que a construa e lhe confirme o estatuto de língua de acesso ao saber. É importante que se faça história com e desta língua.”

Os museus e a acessibilidade em Língua de Sinais Portuguesa

Poder-se-á dizer que a acessibilidade é “uma forma de garantir o acesso ao meio envolvente por todas as pessoas permitindo, assegurando e promovendo as condições necessárias para a autonomia e exercício da cidadania de todos os cidadãos (Lima, 2016, p.39). Quando se pensa em acessibilidade pensa-se, muitas vezes, em acessibilidade motora ou física, a adaptação de uma casa de banho ou a construção de uma rampa (Neves, 2018). No entanto, sabemos que a acessibilidade é muito mais do que está para além do visível. São barreiras linguísticas aquelas que impedem a comunidade surda de aceder aos conteúdos museológicos. Deste modo, a acessibilidade, atualmente, tem como premissa que qualquer cidadão com necessidade ou sem ela possa de forma autónoma aceder a um espaço onde as barreiras sejam inexistentes, sejam estas físicas ou sensoriais (Neves, 2018). Quando falamos de acesso a museus poder-se-á pensar em equipamentos audiovisuais que permitam ao visitante aceder aos conteúdos. Estes produtos audiovisuais passam por vídeoguias móveis que poderão ser *tablets*, dispositivos semelhantes ou uso de uma aplicação que permitam ao visitante aceder à informação museológica em língua de sinais portuguesa. Há já vários estudos que assentam em recomendações e linhas orientadoras (Lima, 2016; DGPC, 2017; Neves, 2018; DGPC, 2021; Tamayo, 2022) por forma a conseguir-se, não só a existência de produtos acessíveis aos diferentes públicos, como garantir a homogeneidade e a qualidade desta acessibilidade. Porém, o *empowerment* e o impacto da introdução da língua gestual nos produtos audiovisuais não tem expressão na literatura e desconhece-se o seu impacto na comunidade surda (Lima, 2016; Tamayo, 2022). O estudo levado a cabo por Lima (2016, p. 49) conclui que os museus e espaços museológicos, em Portugal, terão de adotar “novas estratégias de divulgação dos seus recursos através de meios que cheguem à comunidade surda permitindo que esta usufrua plenamente dos mesmos.” Deste modo, importa perceber como poderão os museus comunicar com a comunidade surda, uma vez que ambas as partes são parte interessada. Por forma a perceber o que Portugal oferece em termos de acesso linguístico à comunidade surda fiz um levantamento dos museus e espaços museológicos que dispõem de algum tipo de vídeoguia ou qualquer outra ferramenta linguística, respeitando assim a Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Esta lei indica que estes locais devem garantir o acesso e a visita pública, bem como garantir às pessoas com deficiência apoio específico (Valadares, 2012).

Para levar a cabo este artigo, contatei a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), na pessoa da Dra. Clara Mineiro, a Acessible Portugal, na pessoa da Dra. Ana Garcia e a Acesso Cultura, na pessoa da Dra. Maria Vlachou, a quem presto, desde já, um sentido agradecimento pois através dos seus preciosos contributos consegui cruzar informações e proceder a um levantamento dos museus e espaços museológicos acessíveis à comunidade surda portuguesa. Não existindo uma plataforma que garanta a informação completa e fidedigna neste âmbito há que reconhecer as dificuldades sentidas, em confirmar toda a informação. Portanto, necessitava de informação rigorosa e confiável onde pudesse catalogar o número real de vídeoguias disponíveis nos museus portugueses, ou ferramenta linguística disponibilizada pelos museus. Logo, na tabela abaixo estão elencados os museus e espaços museológicos que possuem vídeoguia ou visitas guiadas em LGP. Encontram-se também aqueles museus que indicam que em breve disponibilizarão vídeoguia em LGP. É possível que existam outros museus que aqui não se encontram mencionados e que possuem acessibilidade linguística, todavia e pelas razões

acima indicadas não foi possível localiza-los e indicá-los na tabela. Os museus e espaços museológicos encontrados foram os seguintes:

Tabela 1 – Museus e espaços museológicos com acessibilidade à comunidade surda

Qual o museu ou espaço museológico?	Em que cidade?	De que equipamento dispõe?
Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra	Coimbra	Vídeoquia
Capela de Nossa Senhora de Guadalupe	Algarve	Vídeoquia
Casa da Ribeira	Viseu	Vídeoquia
Casa Fernando Pessoa	Lisboa	Visitas em LGP
Casa-Museu Teixeira Lopes	Vila Nova de Gaia	Visita em LGP com marcação prévia
Castelo dos Mouros	Sintra	Colaboradores com formação básica em LGP. Serviço de intérprete de LGP através de videochamada (Serviin)
Centro de Ciência Viva do Lousal	Lousal	Vídeoquia
Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro	Vimeiro	Vídeoquia
Centro de interpretação e informação Montemuro e Paiva	Castro Daire	Vídeoquia
Centro de Memória Judaica	Vila Cova à Coelheira	Visita em LGP com marcação prévia
Coleção Arqueológica José Coelho	Viseu	Vídeoquia
Coleção Visitável da Igreja Matriz de Lagoa	São Miguel	Vídeoquia
Espaço Corpus Christi	Vila Nova de Gaia	Visita em LGP com marcação prévia
Exposição Judeus de Coimbra	Coimbra	Vídeoquia
Janela do Capítulo do Convento de Cristo	Tomar	Vídeoquia
Jardins do Palácio Fronteira	Lisboa	Vídeoquia
Mosteiro da Batalha	Batalha	Vídeoquia
Município de Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Visita em LGP com marcação prévia
Museu A Cidade do Açúcar	Funchal	Vídeoquia
Museu A Estação	Pinhal Novo	Vídeoquia
Museu Almeida Moreira	Viseu	Visitas orientadas em LGP
Museu Convento dos Lóios	Santa Maria da Feira	Exposição temporária em LGP
Museu da Comunidade e Concelhia da Batalha	Batalha	Vídeoquia
Museu da Covilhã	Covilhã	Vídeoquia
Museu das Marionetas do Porto	Porto	Vídeoquia
Museu de Arte Popular Portuguesa	Pombal	Vídeoquia
Museu de Grândola - Núcleo Museológico de São Pedro	Grândola	Vídeoquia
Museu de História da Cidade	Viseu	Vídeoquia
Museu de Serralves	Porto	Visitas em LGP
Museu do Azulejo	Lisboa	Vídeoquia

Museu do Benfica - Cosme Damião	Lisboa	Visita em LGP com marcação prévia
Museu do Cante Alentejano	Serpa	Brevemente disponível a visita virtual em LGP
Museu do Dinheiro	Lisboa	Visita em LGP com marcação prévia
Museu do Douro	Peso da Régua	Vídeo guia
Museu do Linho Casa da Lavoura	Viseu	Vídeo guia
Museu do Oriente	Lisboa	Organização de visitas-jogo e visitas orientadas para público Surdo
Museu do Papel Moeda	Porto	Vídeo guia
Museu do Papel Moeda da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda	Porto	Brevemente vídeo guias. Projeção de um filme sobre a coleção em LGP
Museu do Papel Terras de Santa Maria	Paços de Brandão	Oficinas dedicadas ao público Surdo
Museu do Quartzo	Viseu	Vídeo guia
Museu do Traje	São Brás de Alportel	Vídeo guia
Museu dos Coches	Lisboa	Vídeo guia
Museu dos Transportes e Comunicações	Porto	Conteúdos da exposição em LGP
Museu Etnográfico Louzã Henriques	Lousã	Vídeo guia
Museu Henrique e Francisco Franco	Funchal	Vídeo guia
Museu Jorge Vieira Casa das Artes	Beja	Vídeo guia em fase de implementação
Museu José Malhoa	Caldas da Rainha	Vídeo da exposição em LGP
Museu Marquês de Pombal	Pombal	Vídeo guia
Museu Municipal de Arqueologia	Albufeira	Vídeo guia
Museu Municipal de Castro Daire	Castro Daire	Vídeo guia
Museu Municipal de Coimbra – Edifício Chiado	Coimbra	Algumas atividades em LGP
Museu Nacional de História Natural e da Ciência	Lisboa	Visitas orientadas às exposições em LGP em datas específicas
Museu Nacional Ferroviário	Entroncamento	Filme de apresentação e preparação da visita em LGP
Museu PO.RO.S	Sicó	Vídeo guia
Padrão dos Descobrimentos	Lisboa	Visita em LGP com marcação
Palácio Nacional de Sintra	Sintra	Colaboradores com formação básica em LGP. Serviço de intérprete de LGP através de videochamada (Serviin)
Palácio Nacional e Jardins de Queluz	Queluz	Colaboradores com formação básica em LGP. Serviço de intérprete de

		LGP através de videochamada (Serviin)
Parque e Palácio de Monserrate	Sintra	Colaboradores com formação básica em LGP. Serviço de intérprete de LGP através de videochamada (Serviin)
Parque e Palácio Nacional da Pena	Sintra	Colaboradores com formação básica em LGP. Serviço de intérprete de LGP através de videochamada (Serviin)
Quinta da Cruz	Viseu	Vídeoguia
Templo Romano de Évora	Évora	Vídeoguia

Fonte: Informação recolhida junto da DGPC, Acessible Portugal, Acesso Cultura e RealizaSom.

Através desta tabela reconhecemos que existem 60 museus e espaços museológicos acessíveis à comunidade surda portuguesa, ou pelo menos, mais de 90% dos que aqui se encontram já têm à disposição algum tipo de equipamento ou visita. Aqui há também que reconhecer que embora o disposto legal (Lei n.º 47/2004) indique o acesso e a visita pública, o mesmo não é possível levar a cabo, pois em muitos dos museus o visitante surdo terá de programar a sua ida uma vez que a visita em LGP terá de ser marcada com antecedência. Importa então refletir no que se pode fazer para contribuir para um acesso igualitário, por um lado, e pela frequência mais assídua da comunidade surda aos museus.

Embora o estudo levado a cabo por alguns investigadores (Deshayes, 2002; Bartneck 2006 in Neves, 2013) se foque em audioguias (equipamento para público maioritariamente cego e/ou amblíope), a realidade no que concerne a implementação de equipamentos para os diferentes públicos é a mesma. Deste modo, e segundo Neves “não existe consenso quanto à utilidade dos guias eletrónicos em museus.” (2013, p.166). Se por um lado os equipamentos servem para aproximar o visitante do museu, do seu espólio e de tudo o que o museu pretende oferecer ao visitante, por outro lado há quem considere que estes equipamentos sejam mais benéficos para o visitante, mediante conclusão obtida pelos investigadores acima mencionados. Neves (2013) propõe que essa análise possa ser feita pelos próprios museus. Assim, e porque se trata de um investimento por parte do museu seria muito importante que, no que à língua de sinais diz respeito, esse trabalho fosse idealizado e concretizado junto da comunidade surda. Por forma a tornar acessível a cultura e os espaços museológicos seria de importância extrema que a comunidade surda representada ou por uma instituição ou por um líder desta mesma comunidade pudesse servir de mediador cultural. Como nos afirma Pereira,

Os líderes Surdos têm uma função vital nas comunidades Surdas. São pessoas escolhidas pela comunidade para desempenhar um papel na promoção e defesa pública da cultura Surda e na sensibilização das pessoas ouvintes com as questões dos Surdos. Os líderes são geralmente pessoas com um conhecimento profundo da língua gestual, da sua comunidade e dos traços que as definem (Pereira, 2013, p. 57.58).

Os exemplos de boas práticas no que concerne à constituição de equipas para e com a comunidade surda portuguesa já vai existindo. Vejamos, a visita guiada em LGP às ruínas de

Conimbriga, realizada em 2014, uma iniciativa da Escola Superior de Coimbra que reuniu alunos dos cursos de LGP e de Turismo. Este foi um trabalho que passou pela receção do guião fornecido pelo espaço museológico e trabalhado didaticamente tendo em conta a faixa etária das crianças que iriam beneficiar da visita. O guião adaptado à LGP, havendo uma preparação multidisciplinar, com intérpretes de LGP, professor de História e supervisão linguística. À época terá sido uma iniciativa ímpar, em território nacional. Outro exemplo de boas práticas acenta na associação Laredo, fundada em 2014. Esta associação tem vindo a colaborar com a Fundação Serralves e levado a cabo diversas iniciativas sobre a LGP e em LGP. Estas iniciativas foram reconhecidas pela *Acesso Cultura* com uma Menção honrosa no Projeto Serralves em Língua Gestual Portuguesa, em 2016 (*Acesso Cultura*, 2022). Não poderia de deixar de referenciar o projeto AccessTUR – Centro de Portugal. É um projeto de promoção do turismo acessível e inclusão social, promovido pela Accessible Portugal, através de um kit multiformato. Nele constam vídeoguias através do acesso por *QRCode*, dos 90 municípios das sete Comunidades Intermunicipais da Região Centro. Este trabalho concebido entre 2019 e 2022 tem em seu poder um potencial enorme para a promoção e acesso, não só da comunidade surda, bem como de diferentes públicos ao turismo e ao espaço cultural, não abarcando exclusivamente museus. Este projeto pode ser acedido em <https://accessibleportugal.com/accesstur/>.

Existem ainda vários relatórios de Boas Práticas em termos de Acessibilidade (DGPG, 2017) que devem ser tidos em conta quando se pretender elaborar um equipamento ou produto audiovisual para a comunidade surda. Não esquecendo que a validação do produto por parte do público alvo é tão importante como a produção do produto em si.

Um vídeoguia, uma vasta equipa

Sabendo que todos os museus são díspares e que cada um possui uma panóplia de conteúdos distintos, importa que a qualidade do vídeoguia esteja garantida. Assim, e de modo a poder contribuir para uma breve orientação aquando da elaboração de um vídeoguia para um museu, considero que a qualidade importa. Logo, a escolha da equipa é deveras importante devendo o museu realizar uma pesquisa para poder encontrar intérpretes de LSP de qualidade, ou contactar plataformas da Direção Nacional do Património Cultural (DGPC) a fim de encontrar profissionais fidedignos para a realização do trabalho. Embora o intérprete de LGP não seja especialista apenas numa área em concreto, o intérprete rege-se por um código ético e deontológico e a sua conduta profissional deve ter em conta que este deve ser um profissional atento, conhecedor de cultura geral e investigador (AILGP, 1991). Deve ainda ter auto-disciplina e certificar-se que se encontra apto para a realização do serviço pedido, como está contemplado no Código de Ética e Deontologia do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa (AILGP, 1991). Só reunidas estas condições, o intérprete deve seguir em frente com a concretização do serviço solicitado pelo museu. As fases para a realização de um vídeoguia iniciam-se muito antes do produto final. Apresento algumas considerações que poderão servir de exemplo aquando da criação de um vídeoguia por parte de um museu ou espaço museológico.

- Criação da equipa: A equipa deverá ser composta por intérpretes de LSP, por um consultor linguístico e um revisor. Cada um destes elementos tem um papel preponderante em todo o processo. O número de intérpretes de LSP dependerá do tamanho do vídeoguia. Há vídeoguias que se referem apenas a uma parte do museu, sendo que por ser um vídeoguia com poucos minutos este poderá ser realizado apenas por um intérprete. No entanto, e se considerarmos um museu de dimensão média, o vídeoguia deverá contemplar mais do que um intérprete de LSP. O consultor linguístico é uma peça fundamental para que o vídeoguia tenha a qualidade exigida quer pelo visitante surdo, quer pelo museu. Assim, o consultor linguístico deverá ser alguém especialista na área específica do museu, bem como alguém que saiba LSP. Só tendo estas características poderá o consultor contribuir qualitativamente para a escolha do léxico mais apropriado ao conteúdo do texto. É este consultor linguístico, a par do colega intérprete de LSP, que avaliará a prestação do intérprete aquando da gravação do vídeoguia. Será da responsabilidade do consultor linguístico a proposta de uma determinada palavra por outra

mais adaptada ao contexto e ao conteúdo do vídeoguia. O revisor terá como responsabilidade a de rever o vídeoguia e dar o seu contributo, a fim de poder melhorar o produto final. Ao revisor caberá a função de verificar o tamanho atribuído ao intérprete de LSP, a sua produção gestual e a sua total compreensão do que foi transmitido. Deste modo, aconselha-se que o revisor seja um surdo letrado conhecedor ou visitante do museu do qual esta a servir de revisor.

- Receção do material: Antes de se proceder a outras fases da criação do produto audiovisual, a equipa receber os textos que serviram de base à construção do vídeoguia. Este texto poderá ser em português escrito ou em forma de áudio. Após a receção do conteúdo a ser estudado, a equipa reúne-se e começa a fazer pesquisa quer dos conteúdos, quer da época abordada nos textos, quer ainda de algum objeto que seja dominante e importante ao longo de todo o texto. São apresentadas algumas propostas de adaptação do texto e propostas de interpretação, bem como são esclarecidas dúvidas junto do consultor linguístico, bem como da comunidade surda para eventual conceito, ou objeto cuja palavra seja desconhecida à equipa. Após as dúvidas lexicais e culturais já terem sido dissipadas, a equipa poderá passar à fase seguinte.

- Visita ao museu: Esta fase, embora de extrema importância nem sempre se torna viável, por diversos motivos. Sejam eles por questões geográficas, económicas ou logísticas. Porém, a qualidade do trabalho aumenta sempre que a equipa da realização vídeoguia tem a possibilidade de fazer uma visita ao local. É no local que contactará com os elementos que irá interpretar, bem como as disposições dos mesmos no espaço – algo importantíssimo quando se trabalha com uma língua visual – bem como é um momento de poder observar pormenores existentes que ajudaram a criar as imagens imagéticas basilares para a produção gestual do texto do vídeoguia. Poderá ainda servir para esclarecimento de eventuais dúvidas ou curiosidades que poderão ajudar na construção linguística do produto em questão.

- Forma de conceber o vídeoguia: A equipa poderá receber também um vídeo final por parte do museu. Ao invés de apenas o envio do texto, o museu poderá considerar o vídeo entregue como base para a interpretação em LSP. Ou seja, embora a equipa possa receber um texto como orientador do vídeoguia, muitas vezes os museus preferem enviar um vídeo já com a *voz-off* que contém a velocidade e o registo pretendido pelo museu. Pese embora, para o museu esta possa ser uma vantagem, importa recordar que a LSP é uma língua visual, e sendo uma língua diferente da língua portuguesa oral, esta tem uma outra forma de se apresentar, um outro registo e, permitam-me, um outro respirar. As línguas visuais expressam-se com ritmos diferentes das línguas orais. Não são melhores, não são piores, são diferentes, pois as modalidades de produção e receção são desiguais. Este pormenor faz com que em muitas ocasiões a produção gestual seja feita a uma enorme velocidade, o que prejudicará o recetor da mensagem, ou seja, o visitante do espaço museológico. E este reparo deverá ser relatado por revisor desta equipa. E havendo a possibilidade de reajuste do vídeoguia, este seguirá na sua versão, ou seja, sem *voz-off*, apenas com as imagens que acompanharão o vídeo. Assim, o museu não terá de lidar com a questão do *delay*, tantas vezes apontada como sendo falha do intérprete de LSP ou como um fator deslegante, pelo facto do som terminar bastante tempo antes da imagem do intérprete de LSP.

- Gravação do vídeoguia: A gravação da interpretação em LSP deverá acontecer num estúdio profissional de captação de imagem e som. Deverá ainda recorrer-se ao *chroma-key* – consiste num fundo (habitualmente verde) que consegue sobrepor-se a qualquer vídeo gravado anulando a cor de fundo. Assim, a imagem do intérprete poderá aparecer diretamente na tela do vídeoguia, fazendo parecer que este faz parte do mesmo. No momento de gravação deverão estar presentes não só os técnicos de imagem, som e luz, bem como parte da equipa: os intérpretes e o consultor linguístico. Tratando-se de uma interpretação simultânea, o intérprete em repouso e o consultor linguístico servirão de avaliadores e comentadores do trabalho que está a ser desenvolvido pelo intérprete no papel ativo. Sempre que se verifique uma falha na interpretação, qualquer elemento da equipa deverá interromper para que a mesma seja identificada, retificada podendo, após verificação da mesma, retomar-se a gravação da

interpretação. Este pode ser um trabalho que poderá levar horas, dias ou semanas a ser realizado. A interpretação simultânea pressupõe uma atenção e concentração ímpares, pelo que qualquer distração pode ser alvo de erro, fazendo com que se tenha de repetir uma frase ou um parágrafo. Essa distração poder ter como base elementos externos tais como a temperatura e a luz. Estes são elementos fundamentais para o bem estar do intérprete que está em ação e toda a equipa. Estes fatores poderão condicionar a prestação do intérprete e de toda a equipa. Deste modo, e caso os mesmos estejam desajustados ao ambiente pretendido, deverá ter-se em conta que a temperatura no estúdio deverá ser amena e a luz, ou foco de luz, não deverá interferir com a visão do intérprete. Sabendo que há luzes que libertam calor e conseqüentemente aquecem os estúdios, estes dois elementos não devem ser descuidados aquando a gravação de um vídeoguia, podendo optar por luzes frias.

- Edição da interpretação: A edição do vídeoguia passa, normalmente, por profissionais da área da edição de vídeo, devendo os mesmos recorrer ao apoio áudio para a sobreposição no tempo certo da interpretação, da imagem e do som, caso este exista. A equipa de interpretação deverá disponibilizar-se para colaborar com o editor de vídeo a fim de esclarecer algum pormenor no que concerne à introdução da interpretação da LSP no vídeoguia. Recordando,

as pessoas responsáveis pela tradução e acessibilidade deverão envolver-se no guião, no acesso ao material na pré-produção, reunir com o diretor, confirmar com os consultores da própria comunidade e que lhes seja permitido algumas emendas na edição por forma a melhorar a acessibilidade (tradução nossa) (Tamayo, 2022, p. 489).

- Revisão do vídeoguia: Por forma a garantir uma maior qualidade, o revisor deve entrar nesta fase. Desta forma, o revisor deverá receber o produto final e deverá fazer a sua avaliação de acordo com a língua de partida, a língua de chegada e a harmonia entre todos os elementos. Após o seu aval, o vídeoguia poderá chegar ao museu para poder ser usufruto de toda a comunidade surda, ou poderá ser pedido para ser retificado. Normalmente, as retificações ocorrem em pequenos momentos da interpretação, pelo que poderá tratar-se de uma retificação mínima e de fácil resolução, pois o revisor esteve também presente na visita ao museu e pôde participar da discussão de dúvidas nesse dia.

- Ao serviço da comunidade: A partir deste momento o museu tem um vídeoguia e deverá estar muito orgulhoso deste feito. Porém, este só servirá o seu propósito caso a comunidade surda esteja ciente da sua existência. É por esse motivo que será sempre uma mais valia trabalhar em parceria com a comunidade surda. Como é referido no Guia de Boas Práticas de Acessibilidade Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus (2017) o lema *Nothing about us without us* – Nada sobre nós sem nós – deve ser seguido pelo museu. Naturalmente que se a equipa que aqui foi desenhada for respeitada pelo museu, então a comunidade surda já estará conhecedora deste trabalho e rapidamente fará chegar essa informação aos restantes elementos da comunidade surda, e usufruirá do acesso ao espaço de forma plena, justa e igualitária.

Para refletir

Como foi reflexo desta recolha do acesso aos museus pela comunidade surda, percebe-se que um grande entrave a este acesso começa pela inexistência de apenas uma plataforma congrege a informação elencada nesta tabela e que a mantenha atualizada. Importante também ser claro na informação que se deseja transmitir, tal como é importante lembrar as várias leis e diretrizes existentes e colocá-las em prática, pois só assim podemos promover o *empowerment* da comunidade surda e fornecer conhecimento que a leve a viver de

forma autónoma e ativa a sua cidadania. A Rede Portuguesa de Museus conta com 165 museus (DGPC, 2022) porém em 2021 contabilizavam-se 419 museus em território nacional (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022). Significa assim, que embora as diretrizes legais e o cumprimento da legislação em vigor deva respeitar o acesso à cultura rapidamente se percebe que há um longo caminho a ser feito por forma a permitir o acesso de todos ao espólio museológico nacional. Sabendo que o investimento dos museus, em termos de acessibilidade, não servirá apenas para um público específico, mas sim para todos os cidadãos, independentemente das suas características (Neves, 2022). O interesse crescente por parte dos museus em se tornarem acessíveis a todos beneficiará pois o acesso ao património é de todos nós, e não apenas de alguns. Importa salientar que estes espaços deverão ter identificação de que são espaços acessíveis às pessoas surdas (Lima, 2016). Só assim, conseguiremos ter uma comunidade mais assídua e mais presente nos museus portugueses. Os direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e tantas outras legislações não podem continuar a serem omissas no que ao acesso à cultura, ao património diz respeito. A comunidade surda é uma minoria portuguesa que vê excluída diariamente dos seus direitos fundamentais.

O acesso à informação é um direito de cada Ser Humano que está intrinsecamente relacionado com o direito de liberdade de expressão das suas ideias e de comunicação. Apenas assegurando este direito estamos a acautelar o direito de cidadania das pessoas s/Surdas (Lima, 2016, p. 66)

Referências Bibliográficas

- Accessible Portugal, Turismo de Portugal. Guia Prático - Acessibilidade na Animação Turística (2021). Disponível em: <<https://accessibleportugal.com/wp-content/uploads/2022/03/acessibilidade-animacao-turistica.pdf>>. Data do acesso: 26/11/2022.
- Acesso Cultura. Prémio Acesso Cultura. Lisboa (2016). Disponível em: <<https://acessocultura.org/servicos/premio-acesso-cultura/>>. Data do acesso: 16/11/2022
- Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa. **Código de ética e deontologia do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa**, (s/eds.) (1991).
- Associação Nacional de Arte e Criatividade de e Para Pessoas com Deficiência. Diretório sobre acessibilidade em espaços culturais (2022). Disponível em: <<https://anacedarte.wixsite.com/anaced/c%C3%B3pia-diret%C3%B3rios>>. Data do acesso: 26/11/2022.
- Bauman, H-D. & Murray, J. (eds.) (2014). **Deaf Gain: Raising the stakes for human diversity**. 1ª edição. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Carvalho, P. V. (2007) **Breve História dos Surdos no Mundo**. 1ª edição. Lisboa: Surd'Universo.
- Correia, I. (2012) Entre Línguas se (des) constrói o texto: interferência linguística da Língua Gestual Portuguesa no Português. **EXEDRA, Revista Científica da Escola Superior de Educação de Coimbra**, Coimbra, número temático, pp. 58-66.
- Correia, I. & Custódio, P. (2019) Do Gesto ao Sinal: reflexões sobre terminologia linguística. In: CORREIA, Isabel; CUSTÓDIO, Pedro; CAMPOS, Ronaldo (Eds.). **Línguas de Sinais: educação, cultura, identidade** (pp. 59-74). 1ª edição. Edições Ex-Libris.
- DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL. Rede Nacional de Museus, (2022). Disponível em: <<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>>. Data do acesso: 26/11/2022.

- Friedner, M. & Kusters, A. (eds.). (2020) **It's a Small World: international deaf spaces and encounters**. 1ª edição. Washington, DC: Gallaudet University Press.
- FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS. Quantos museus existem em Portugal (2021). Disponível em: <<https://www.pordata.pt/municipios/museus+numero+-742>>. Data do acesso: 26/11/2022.
- FUNDAÇÃO VODAFONE ESPANHA; PREDIF; FUNDAÇÃO VODAFONE PORTUGAL E ACCESSIBLE PORTUGAL**. A TUR4All (2022). Disponível em: <<https://www.tur4all.com/>>. Data do acesso: 26/11/2022.
- Furtado, A. (2022). Apresentação gestuada aquando do workshop “Língua gestual portuguesa”, na Universidade de Coimbra.
- Garcia, A; Mineiro, C. & Neves, J. (2017). Guia de boas práticas de Acessibilidade – Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P. e Direção-Geral do Património Cultural, Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>>. Data do acesso: 21/11/2022.
- Gil, C. (2019) The Deaf Mythomoteur. O Mythomoteur Surdo. In: CORREIA, Isabel; CUSTÓDIO, Pedro; CAMPOS, Ronaldo (Eds.). Línguas de Sinais: educação, cultura, identidade (pp. 75-92). 1ª edição. Edições Ex-Libris.
- Hoza, J. (2010) **Team Interpreting: As Collaboration and Interdependence**. Alexandria: RID Press.
- Ladd, P.(2003) **Understanding Deaf culture: In Search of Deafhood**. 1ª edição. Clevedon: Multilingual Matters Ltd.
- Mineiro, C. (2004). TEMAS DE MUSEOLOGIA Museus e Acessibilidade, Divisão de Divulgação e Formação, Instituto Português de Museus Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/ acessibilidades/ipm_2004_museus_e_acessibilidade.pdf>. Data do acesso: 26/11/2022.
- Ministério da educação. Programa Curricular de Língua Gestual Portuguesa, Ensino Secundário, (2014).
- Ministério da saúde. (2020) Língua Gestual Portuguesa disponível para cidadãos surdos através do SNS24. Lisboa. Disponível em: <<https://www.spms.min-saude.pt/2020/04/lingua-gestual-portuguesa-disponivel-para-cidadaos-surdos-atraves-do-sns24/>>. Data do acesso: 20/10/2022.
- Morais, A. (2019) A Consciencialização da Diferença: Surdidade vs. Surdez. In: CORREIA, Isabel; CUSTÓDIO, Pedro; CAMPOS, Ronaldo (Eds.). Línguas de Sinais: educação, cultura, identidade (pp. 121-126). 1ª edição. Edições Ex-Libris.
- Neves, J.(2018) Cultures of accessibility Translation making cultural heritage in museums accessible to people of all abilities. In: The Routledge Handbook of Translation and Culture. cap.22, 415-430.**
- Neves, J. (2022) Translation and accessibility – The translation of everyday things. In: The Routledge Handbook of Translation and Methodology. cap. 28, 441-456.
- Neves, J.(2013) Guias eletrônicos em contexto museológico – uma reflexão crítica. **Ensino Em Re-Vista**, Brasil, vol. 20, n.º 1, p.163-178, jan./jun.
- Neves, J. (2007) **Vozes que se Vêm**. 1ª edição. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria e Universidade de Aveiro.
- Pereira, J. (2019). A Etnia Surda e o Investigador Externo. In: CORREIA, Isabel; CUSTÓDIO, Pedro; CAMPOS, Ronaldo (Eds.). Línguas de Sinais: educação, cultura, identidade (pp. 127-154). 1ª edição. Edições Ex-Libris.
- Pereira, J. (2013) **O Amor Surdo**. 1ª edição. Lisboa: Chiado Editora
- Portugal. (2008) Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro. Emissor Ministério da Educação. **Diário da República**: nº 4/2008 – Série I, p. 154 – 164, 7 jan.
- República Portuguesa. Lei Constitucional n.º 1/97 - Diário da República n.º 218/1997, Série I-A de 1997-09-20. Lisboa (1997). Disponível em: <<https://dre.pt/dre/legislacao->

[consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-49472775?ts=1654732800034](https://www.dgs.gov.pt/consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-49472775?ts=1654732800034)>. Data do acesso: 21/11/2022.

Rosenstock, R & Napier, J. (eds.) (2015) **International Sign: Linguistic, Usage, and Status Issues**. Washington, DC: Gallaudet University Press.

Sousa, J. (2010) As crianças ouvintes filhas de pais surdos e a aquisição da língua gestual portuguesa e catalã: Histórias de vidas cruzadas. Dissertação (Mestrado em Língua Gestual Portuguesa e Educação de Surdos), apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

Sousa, J. (2015) Entre duas línguas e uma Princesa: A invisibilidade da interpretação em Língua Gestual Portuguesa. Trabalho de natureza profissional (Título de Especialista em Línguas e Literaturas Maternas), apresentado à Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra, 27/12/2015.

Tamayo, A. (2022). Sign Languages, Translation, and Interpreting: Creative Practices in Audivisual Content. **Sign Language Studies**, vol. 22, n.º 3., 484-519.